



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

28/10/2017

INDICE

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. JUÍZES.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. ASSESSORIA.....	2
2.2. DESEMBARGADOR.....	3
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. VARA CRIMINAL.....	4
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. JUÍZES.....	5 - 6
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. CORREGEDOR (A).....	7
5.2. DECISÕES.....	8 - 10
5.3. JUÍZES.....	11 - 12
5.4. POSSE.....	13 - 15
5.5. VARA CRIMINAL.....	16

Cram realiza programação especial em comemoração aos sete anos do serviço

821 mulheres já foram atendidas pelo centro

Na manhã de quarta-feira, 25, a Prefeitura de Imperatriz ofereceu um café da manhã organizado pela Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher, SMPM, em comemoração aos setes anos do Centro de Referência de Atendimento à Mulher, Cram, em Imperatriz.

Participaram da programação representantes de entidades, sociedade civil e equipes técnicas que integram a rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Durante o evento, foi divulgado que em sete anos 821 mulheres foram acompanhadas pelo Cram e destas, 135 só em 2017.

"Agradeço a equipe da SMPM e especialmente a equipe do Cram que é composta

por guerreiras e guerreiros que trabalham com muita dedicação para acolher as mulheres que precisam deste serviço", declarou Edna Ventura, secretária da mulher.

Carlos Lima, ouvidor geral do município esteve no evento representando o prefeito Assis Ramos e falou da importância dos serviços. "Todos os dias recebemos centenas de denúncias no Portal da Prefeitura sobre demandas diversas. Em alguns momentos, também recebemos denúncias de serviços ligados à mulher e sempre encaminhamos aos órgãos responsáveis. Nos colocamos à disposição para contribuir com a rede de enfrentamento à violência contra a mulher".

Sobre a Rede de Aten-

dimento, o defensor público Rodrigo Calejon ressaltou que o trabalho é resultado da cobrança social: "Nossa atuação especializada em Imperatriz é resultado da luta do movimento feminista. Para mim é uma honra integrar a rede e estou aprendendo muito na defesa da mulher. Nestas ações expandimos os horizontes, todos juntos temos conseguido bons resultados", explicou.

Representando o poder judiciário, a juíza da Vara Especializada da Mulher, Dr. Ana Paula Araújo revelou satisfação em atuar na área. "Sinto-me agradecida por participar deste momento. Temos muito a comemorar como a implantação da Patrulha da Maria da Penha recentemente em Imperatriz mas, ainda temos muito a avançar".

A titular da Delegacia Especializada da Mulher Sylvianne Tenório, a promotora Alinne Matos Pires Ferreira e o Coronel Brito também participaram da solenidade. Sueli Brito, coordenadora do Cram, falou das atividades. "Além das ações da rede de atendimento à mulher que existe em Imperatriz desde 2009, desenvolvemos a partir de 2011 o Projeto Escola pelo fim da violência com palestras e encontros para prevenção e combate e para isso contamos com o apoio do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas da Secretaria de Educação".
(Ascom PMI)



A titular da Delegacia Especializada da Mulher Sylvianne Tenório, a promotora Alinne Matos Pires Ferreira e o Coronel Brito também participaram da solenidade.

TAPETE VERMELHO

Evandro Junior

 evandrojr@mirante.com.br

 [_evandrojr](https://twitter.com/_evandrojr)

 [@evandrojr](https://www.instagram.com/evandrojr)

Encontro em Floripa

Aconteceu em Florianópolis (SC) o maior evento de marketing digital da América Latina: o RD SUMMIT 2017. Do Maranhão, foi a jornalista Roberta Gomes, chefe de Comunicação do Tribunal de Justiça e especialista na área de Conteúdo Digital.

Roberta teve a oportunidade ímpar de dividir o mesmo evento com nomes de gabarito nacional e internacional: Avinash Kaushik (google), Suja Patel, Ann Handley, Mikkel Svane, Martin Spier (Netflix), Martha Gabriel, Vítor Peçanha, Eric Santos, Romero Rodrigues, Pyr Marcondes, entre outros.

ESTADO MAIOR

Paulo Marinho

O desembargador Ricardo Duailibe determinou ontem a saída do ex-deputado Paulo Marinho do Complexo de Pedrinhas.

Acusado por dever pensão alimentícia, Marinho foi preso e trazido para São Luís em uma operação tão meteórica quanto estranha.

A decisão do desembargador mantém o ex-deputado em prisão domiciliar, em Caxias, sua terra natal.

EM CANA.....

Suspeito de homicídio é preso na Divineia

Policiais do Batalhão de Choque prenderam uma pessoa suspeita de homicídio, na região do Turu. Ruan Diniz Farias, de 20 anos, foi detido durante rondas

da guarnição na área da Divineia.

O suspeito estava na Rua Uruguai quando foi avistado pelos PMs. Ele era bastante conhecido da equipe policial. Os

PMs também sabiam que contra Ruan existia um mandado de prisão em aberto por homicídio qualificado expedido pela 1ª Vara do Tribunal do Júri (nº

7406-26.2017.8.10.0001.0003).

Diante dos fatos, foi dada voz de prisão ao mesmo e conduzido ao 7º DP para providências cabíveis.

Bastidores

Coriolano Filho
editoria@oprogressonet.com

Única

A juíza aposentada Maria das Graças Carvalho será o único nome que o PSB lançará na região para concorrer à Câmara dos Deputados. O partido vai incentivar que filiados de outras cidades se candidatem a deputado estadual para fazer dobradinha com a Dra. Graça e fortalecer o seu projeto de chegar ao cargo eletivo federal.

Identificada quadrilha de assaltantes de banco presa em Balsas

Fotos: Divulgação/Polícia Civil



Tiago Neves, Tiago Braga, Douglas Santos, Cairon Ferreira e Josélia Passos foram transferidos para São Luís

A Polícia Civil identificou a quadrilha de assaltantes de banco que foi desarticulada e presa, nessa quinta-feira (26), na cidade de Balsas, no sul do Maranhão, a 400 km de Imperatriz. A prisão foi em uma ação conjunta das polícias Civil e Militar de Balsas.

Os quadrilheiros presos foram identificados por Tiago Neves Rodrigues, o “Pejor”; Tiago Rodrigues Braga; Douglas Elias dos Santos, o “Ratão”; Cairon Costa Ferreira e sua companheira Josélia Passos, que é natural de Balsas.

A quadrilha, originária de Minas Gerais, segundo a polícia, planejava explodir uma agência bancária na cidade, o que ocorreria ainda na quinta-feira.

De acordo com o comandante do 4º BPM, tenente coronel Juarez Medeiros, as informações foram originárias do Serviço de Inteligência da Polícia Militar de Minas Gerais, onde relataram que

o bando planejava explodir uma agência bancária na cidade.

Logo o Serviço de Inteligência da Polícia Militar de Balsas conseguiu localizar o veículo vindo de Minas Gerais. Após o monitoramento minucioso de quatro dias, foi possível localizar a residência onde o grupo estava.

Ainda nessa quinta-feira, o delegado regional de Polícia Civil de Balsas, Fagno Vieira, representou pelo mandado de busca e apreensão na residência, que foi de pronto deferido pelo juiz Francisco Fernandes. Tendo em mãos o mandado de busca e apreensão, foi montada uma operação com polícias do Grupo de Operações Especiais – GOE e Força Tática, no que obtiveram êxito na prisão dessa quadrilha. No interior do domicílio foi encontrada uma grande quantidade de pólvoras, que estava sendo utilizada para fazer explosivos.

76º Encoge

Corregedores de todo o país discutem novos rumos do Direito

O primeiro dia de trabalho do 76º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais de Justiça do Brasil (Encoge), que aconteceu em Salvador até ontem (27), foi aberto com a palestra do juiz Pablo Stolze Gagliano, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. A corregedora da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, participou do evento com juízes auxiliares e o diretor da Secretaria da CGJ. O magistrado palestrante discorreu sobre o novo direito real sobre

Lage e pontuou os casos de transação e as nuances desse direito. “A importância dessa discussão reside no fato de uma verdade metajurídica, segundo a qual, o que repercute para um terceiro, repercute para mim”, afirmou Pablo Stolze. Na palestra “inteligência artificial e o direito”, o professor e pesquisador do grupo de pesquisas biométricas da UNB, Dr. Cauê Zaghetto, traçou os paradigmas da inteligência artificial rumo a um futuro incerto. Destacou

a evolução dos algoritmos que imprime inteligências às máquinas como um fato que tem que ser encarado com alguma forma de controle, sendo um desafio para o Sistema Jurídico de forma geral. Na palestra seguinte, Hércules Alexandre de Costa Benício, tabelião titular do cartório do 1º Ofício de Notas, Registro Civil, Títulos e Documentos, e Protesto de Títulos e Registro de Pessoas Jurídicas do Distrito Federal, tratou da desburocratização do Estado por meio dos notários e registradores.

Justiça manda Paulo Marinho para prisão domiciliar com tornozeleira

PÁG. 3 [C1]

De volta a Caxias

Paulo Marinho vai cumprir prisão domiciliar com tornozeleira

OSWALDO VIVIANI

O desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe, do TJ-MA, decidiu, na tarde de ontem (27), conceder prisão domiciliar, com uso de tornozeleira eletrônica, ao ex-deputado federal e ex-prefeito de Caxias Paulo Marinho, preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas desde sexta passada (20), por não pagar pensão alimentícia a uma filha, a engenheira ambiental Rayssa Cruvinel Brandão Corrêa Marinho, de 26 anos. A prisão domiciliar com monitoramento deve ser cumprida em Caxias, na residência de Marinho, situada à rua Teófilo Dias, nº 1.207.

A decisão do desembargador foi em resposta a um pedido de habeas corpus em favor de Marinho, impetrado pelo advogado Mozart Costa Baldez Filho.

A revogação da prisão de Marinho, determinada pelo juiz Antonio Fernandes da Luz, da 3ª Vara da Família de Brasília, foi negada, mas o desembargador Ricardo Duailibe acatou a argumentação de Baldez sobre a ilegalidade da transferência de Marinho do sistema prisional de

DIVULGAÇÃO



Ex-deputado Paulo Marinho vai cumprir prisão em casa

Caxias para Pedrinhas, motivada pelo fato de não haver cela de Estado Maior em Caxias, como prevê a prerrogativa legal para advogados.

Neste caso, segundo Duailibe, a lei estabelece que o detento cumpra prisão domiciliar, com monitoramento eletrônico, o que deve ocorrer agora, “Ordeno, ainda, ao Secretário de Administração Penitenciária do Estado do Maranhão (Seap) que, no cumprimento desta ordem, promova a transferência do

paciente em veículo que não seja destinado a transporte de presos (camburão ou assemelhado), mas com a devida escolta, de modo a garantir não só a integridade física do paciente e, principalmente, manter sua dignidade como cidadão, evitando qualquer exposição desnecessária, sob pena de incorrer em crime de desobediência”, decidiu Ricardo Duailibe.

Conclui o desembargador: “Estabeleço ao Juízo da 4ª Vara da Comarca de Caxias (MA), para o cumprimento da ordem ora deferida, que o paciente seja monitorado por tornozeleira eletrônica e, na hipótese de inexistência desta, que o monitoramento seja feito por agente policial, cujas despesas serão arcadas pelo paciente. Fica também determinado que o paciente poderá frequentar aos domingos, culto ou missa da sua religião, podendo ainda ir a consultas médicas ou hospitalares, já que se diz cardíaco, tudo, porém com prévio e expresse comunicado ao Juízo Deprecado”. Com a decisão de Ricardo Duailibe, Paulo Marinho deve deixar Pedrinhas e voltar para Caxias ainda neste sábado (28).

Aprovada agregação das comarcas de Tasso Fragoso e Sucupira do Norte às de Mirador e Balsas

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou a Resolução nº 55/17, determinando a agregação das comarcas de Sucupira do Norte e Tasso Fragoso – ambas de entrância inicial – às comarcas de Mirador (entrância inicial) e de Balsas (entrância intermediária), respectivamente.

A medida seguiu a Resolução nº 219/2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de Primeiro e Segundo Graus – e a Resolução nº 41/2017 do TJMA – que dispõe sobre a agregação de comarcas do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, justificou a necessidade da medida de agregação das duas comarcas que, após a redistribuição de cargos determinada pela Resolução nº 219/16 do CNJ, ficariam com apenas três servidores cada uma, inviabilizando o funcionamento e os custos de sua manutenção.

O desembargador esclareceu que a agregação não significa que as comarcas serão extintas, tratando-se de uma medida temporária que pode ser desfeita quando possível. Ele informou que os servidores serão consultados sobre a relocação de comarcas, porém ressaltou que a vontade pessoal não deverá prevalecer sobre a conveniência da administração. “Todas as situações serão procedidas da melhor forma possível para não prejudicar os servidores”, explicou.

AGREGAÇÃO

Segundo a Resolução nº 41/2017, a medida se aplicará sobre comarcas deficitárias de entrância inicial, cuja distribuição processual seja inferior a 50% da média de casos novos por unidades judiciais da mesma entrância, no último triênio; e onde o quantitativo de servidores efetivos seja inferior a quatro – segundo a lotação paradigma estabelecida na Resolução nº 219/16-CNJ.

Os servidores da comarca agregada serão removidos para a comarca agregadora ou outra unidade judiciária.

Acusado de matar policial civil é condenado a 22 anos de prisão

A investigadora Iran Cerqueira foi vítima de um latrocínio, na noite do dia 2 de fevereiro deste ano, na Raposa

NELSON MELO

Em sentença proferida nessa sexta-feira (27), foi condenado a 22 anos e meio de prisão, em regime fechado, Rogério Batista Pereira, acusado pela morte da policial civil Iran Cerqueira Santos, de 51 anos, crime ocorrido no dia 2 de fevereiro deste ano. A vítima, que era chefe de captura, foi baleada em frente ao Residencial Vista ao Mar, no Farol do Araçagi, município de Raposa, em um latrocínio (roubo que resulta em morte) que ganhou repercussão.

De acordo com informações com o Poder Judiciário de Raposa, a condenação de Rogério, mais conhecido como “Parazinho”, foi proferida pela juíza Rafaella Saif Rodrigues, seguindo a Súmula 610 do Supremo Tribunal Federal (STF), que define como latrocínio mesmo que os envolvidos não levem pertences da vítima. Na sessão, a Justiça negou o pedido para que o então

réu apelasse em liberdade, tendo em vista que todos os requisitos para a decretação da prisão preventiva estavam presentes, a fim de garantir a ordem pública e o resguardo da aplicação da lei penal.

O CRIME

No dia 2 de fevereiro, durante a noite, Rogério, acompanhado de Leandro Pimenta da Silva, abordou Iran, que estava em seu carro, conversando com uma vizinha, na porta de sua casa. Houve resistência e a policial civil enfrentou os bandidos, que dispararam várias vezes, atingindo-a no peito. Mas ela, no confronto, conseguiu alvejar um dos criminosos, que morreu lá. Cerqueira foi levada com urgência à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Araçagy, mas, infelizmente, faleceu pouco depois.

A Polícia Civil, em seu inquérito, identificou outro homem envolvido nessa morte. Trata-se de Charlysson Nascimento,



“Parazinho” matou a investigadora Iran Cerqueira, após ela reagir a um assalto, na porta de sua casa



FOTOS|DIVULGAÇÃO

proprietário da motocicleta utilizada pela dupla na abordagem à policial civil. Este suspeito emprestou o veículo a Leandro e Rogério, para que estes pudessem cometer o assalto a Iran, que tinha 30 anos de serviço na instituição policial e era chefe de captura da Delegacia de Roubos e Furtos (DRF). No início das investigações, acreditava-se que ela teria sido vítima de uma emboscada, mas esta hipótese foi descartada no decorrer do

inquérito que apurou o latrocínio.

A PRISÃO DE ROGÉRIO

“Parazinho” foi preso no bairro da Vila Luizão, em São Luís, no dia seguinte à morte de Iran, que foi sepultada no Cemitério Parque da Saudade, no Vinhais, sob forte comoção e revolta. Na época, Rogério apresentou várias versões para na Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), em uma clara tentativa de confundir e atrapalhar as investigações.

Cláudio Humberto

www.diariodopoder.com.br



Com André Brito e Tiago Vasconcelos

Maranhão ignora 700 mandados de reintegração

Estimativas do setor indicam que mais de 700 mandados judiciais de reintegração de posse são ignorados pelo governo do Maranhão. O titular Flávio Dino (PCdoB) criou normas condicionando o cumprimento de mandados à avaliação de uma comissão de “prevenção à violência”, que ele nomeou. Na prática, a decisão final é do próprio Dino, dizem representantes das vítimas de invasões dos “movimentos sociais”.

Quase nada

Em dois anos, desde a adoção de regras para cumprir ordens judiciais, foram cumpridas apenas cinco reintegrações, segundo as vítimas.

Justiça manda, mas...

O último dado oficial disponível é de fevereiro, quando permaneciam pendentes de cumprimento 471 mandados de reintegração de posse.

Nem te conto

A Secretaria de Direitos Humanos se negou a informar ao senador Roberto Rocha (PSDB-MA) quantos mandados continuam pendentes.

Sob investigação

A Secretaria de Segurança Pública do Maranhão diz que investiga a invasão e derrubada da torre de transmissão da rádio Capital.

Juiz toma posse na Comarca de Buriticupu

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, empossou o juiz Raphael Leite Guedes como juiz titular na 1ª Vara da Comarca de Buriticupu, de entrância intermediária. Promovido pelo critério de antiguidade, em sessão plenária administrativa extraordinária do TJ, o magistrado atuava até então na Comarca de Bom Jardim, de entrância inicial.

A posse ocorreu no gabinete da Presidência, na presença da vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Maria das Graças Duarte Mendes, e familiares do magistrado

empossado.

Raphael Leite Guedes disse que, em Bom Jardim, cumpriu a árdua missão de desenvolver um intenso trabalho de combate à corrupção. “Deixamos a comarca saneada, demos celeridade aos processos, fizemos audiências e proferimos aproximadamente nove mil atos judiciais em pouco mais de um ano”, ressaltou.

O juiz ingressou na magistratura em 2015, como juiz substituto titularizado na Comarca de Pio XII, de onde foi removido – pelo critério de merecimento – para Bom Jardim, em 2016, sendo promovido, agora, para Buriticupu.



A posse ocorreu no gabinete da Presidência do TJMA



RIBAMAR PINHEIRO



A juiz Maria da Conceição Privado Rêgo tomou posse no cargo de juíza auxiliar da Comarca da Ilha de São Luís, de entrância final. Na solenidade de posse com o presidente do Tribunal de Justiça, Cleones Cunha; a vice, Maria das Graças Mendes, e da diretora-geral do Tribunal, Isabella Lago

Cantanhede divulga resultados de julgamentos realizados nesta semana

O juiz Paulo do Nascimento Júnior, titular de Cantanhede, realizou duas sessões do Tribunal do Júri nesta semana na comarca. Os réus foram Ronilson dos Santos Nascimento e Fernando Baima, acusados de prática de crime de tentativa de homicídio contra Fábio Júnior Pereira e Gildo dos Santos Silva, respectivamente. Ronilson foi condenado a seis anos de prisão e Fernando recebeu sete anos. O primeiro júri, realizado no dia 24, trouxe como réu Ronilson dos Santos Nascimento, acusado de tentar matar, a golpe de facão, a vítima Fábio Júnior Pereira da Silva, em fevereiro de 2009. No dia 26, quinta-feira, o réu foi Fernando Baima. Consta na denúncia que no dia 5 de junho de 2006, por volta das 21h30, o denunciado, fazendo uso de um facão não apreendido, desferiu um violento golpe no lado esquerdo do pescoço da vítima Gildo dos Santos Silva, tendo-lhe atingido a jugular, não conseguindo consumir seu intento por razões alheias a sua vontade.